

Excerto traduzido do livro

Harald Welzer
Klimakriege
Wofür im 21. Jahrhundert gekämpft wird
S. Fischer Verlag
Frankfurt am Main 2008
ISBN 978-3-10-089433-5

pp6-8, 247-157, 261-267

Harald Welzer
Guerras do clima

Traduzido por Kristina Michahelles

Índice:

Um navio no deserto

O passado e o futuro do poder 9

Conflitos do clima 18

O Ocidente I 18

Os outros 23

O Ocidente II 25

Tentativas de solução 33

Faz sentido matar 37

O aquecimento global e as catástrofes sociais 41

Subcomplexidade 46

Quem é: “nós”? 47

Problemas ambientais antigos 49

Mudança climática. Um breve resumo 53

Dois graus mais 60

Matar ontem 62

Fim do mundo 62

Defesa 65

Contagem de corpos 68

Realidades modificadas 72

Matar hoje 79

A carne de sua mãe está entre meus dentes 79

O genocídio em Ruanda 87

Vida espremida 88

Que viram os criminosos? 92

Darfur, a primeira guerra do clima 94

Ecologia da guerra 100

Sociedades fracassadas 101

Estados em colapso 107

Mudanças da violência e do clima 110

Injustiça e não-simultaneidade 116

Poder e teoria 122

**Matar amanhã. Guerras eternas, limpezas étnicas,
terrorismo, redesenho das fronteiras 126**

Guerras	128
Guerras perpétuas	134
Mercados da violência	142
Adaptação	149
Limpezas étnicas	151
Conflitos ambientais	157
Terror	162
O terror como fator de transformação do espaço social	176
Sentido obstruído	179
Enéas, Hera, Amazon e Frontex:	
Guerras fronteiriças indiretas	181
O trajeto Marrocos-Espanha	182
Campos de refugiados	184
Frontex, mais uma vez	186
Illegal aliens	190
Políticas para refugiados e imigrantes	196
Fronteiras além do próprio território	197
Processos rápidos de transformação social	200
Mudanças climáticas, tamanho gigante	202
Pessoas transformadas em realidades transformadas	211
<i>Shifting baselines</i> , padrões mutantes	212
Contexto referencial e a estrutura do não-saber	218
Conhecimento e desconhecimento do holocausto	220
<i>Shifting baselines</i> , padrões mutantes em outros lugares	231
O renascimento de antigos conflitos: fé, classes, recursos e a erosão da democracia	240
O poder se desloca	244
Mais violência	247
O que se pode fazer e o que não se pode fazer I	250
Continuar fazendo tudo igual	251
Passados futuros	257
A boa sociedade	261
Tolerância repressora	267
Poder contar uma história sobre si mesmo	268
O que se pode fazer e o que não se pode fazer II	273

Anexos 279

Observações	279
Referencias bibliográficas	310
Agradecimento	322
Índice temático	324
Índice de pessoas citadas	334

(...)

Mais violência

Tivemos de aniquilar a cidade a fim de salvá-la.

Oficial americano em 1968 no Vietnã do Sul

Diante deste pano de fundo, a mudança climática é um risco social subestimado e até mesmo em grande parte incompreendido até hoje. Parece um contra-senso que esse fenômeno descrito como pertencendo à área das *ciências naturais* inclua catástrofes sociais como rupturas sistêmicas, guerras civis e genocídios, e isso num momento em que tudo ainda parece estar razoavelmente em ordem. Mas nem é preciso soltar a imaginação para o futuro. Hoje já é possível fazer uma lista de conflitos sociais baseados em problemas ambientais, guerras climáticas e medidas de segurança:

1. As guerra do clima ocorrem em regiões e em condições em que a privatização e a existências de mercados privados da violência constituem a norma geral. Cada transformação negativa das condições ambientais nessas regiões abre novas oportunidades e novos espaços para os empresários da violência e, com isso, para guerras perpétuas e que extrapolam as fronteiras nacionais.
2. As conseqüências das mudanças climáticas como degradação dos solos, inundações, falta de água potável e fenômenos meteorológicos severos restringem os espaços e as oportunidades de sobrevivência, além de aprofundar os problemas já existentes. Cresce o desequilíbrio entre países favorecidos e desfavorecidos.
3. Como a probabilidade é maior de as mudanças do clima afetarem mais profundamente as sociedades vulneráveis, a violência fará crescer os movimentos de refugiados e de migrações tanto dentro dos países como além das fronteiras. Ambos são movimentos que geram violência.

4. As migrações que ultrapassam as fronteiras atingem as ilhas da prosperidade e da estabilidade na Europa Ocidental e na América e levam os atores do governo a tornar mais rígidas as suas políticas de segurança e fortalecer seus contingentes de segurança. Em termos de política externa, isso conduz a estratégias de proteção de fronteiras que, de um lado, tentam afastar os conflitos de fronteira e, de outro lado, aumentam os meios de repressão às transgressões fronteiriças.
5. O desequilíbrio e a injustiça gerados pelas mudanças climáticas legitimam e fortalecem o terrorismo que cresce com a globalização dos processos de modernização.
6. Isso gera um aumento continuado das necessidades do controle estatal. Os espaços livres encolhem, enquanto o nível monopolizado de violência aumenta.
7. Novos espaços sem lei, estabelecidos no curso da guerra contra o terror, aumentam o grau de violência do Estado e abrem novos bastidores sociais além dos já existentes no Estado de direito. O uso da violência se amplia, os fatos criminosos começam a ser a norma.
8. *Shifting baselines*: novos padrões modificam a percepção dos problemas e a aceitação de propostas de solução. Os padrões de normalidade e as normas se deslocam.
9. Todos esses processos interagem entre si. Números crescentes de refugiados, medidas de segurança reforçadas, conflitos entre países por recursos etc. geram efeitos auto-catalíticos.

Catástrofes ambientais repentinas levam ao limite a capacidade de reação nos países da ODCE e nos países emergentes. Já nas sociedades frágeis podem ter efeitos devastadores. Os sentimentos de ameaça e o estresse daí resultante provocam reações imprevisíveis.

Tudo isso gera um cenário que atinge e pressiona a configuração global das sociedades como um todo. A consequência são formas e intensidades diferenciadas de tensões e do uso da violência. O clima social é mais complexo do que o clima físico, o que não significa que não se possa determinar os *potenciais* de risco e de violência que podem surgir futuramente. As mudanças climáticas agem em duas direções: podem gerar conflitos violentos ou aprofundar situações de conflito *já existentes*. Além disso, através de interações, efeitos cumulativos e encadeamentos indiretos podem gerar consequências indiretas. Está na hora de considerar também os efeitos ambientais na descrição e na análise de conflitos sociais. A maioria dos aspectos das mudanças esboçadas há muito abandonaram o estágio da suposição hipotética e já passaram a determinar a realidade das pessoas: *existem* guerras climáticas, as pessoas já

matam, morrem, fogem. Empiricamente não existe mais a menor razão para se acreditar que o mundo possa continuar sendo como o conhecemos.

O que se pode fazer e o que não se pode fazer

Saber se *soluções radicais para problemas sociais* podem ou não ser evitadas futuramente é uma prova dos nove para saber se as sociedades aprendem ou não com os erros da História. Não se trata de uma questão acadêmica e sim de uma questão política.

No entanto, em tempos de riscos globais, o pensamento político não pode se orientar por modelos para o futuro – não apenas porque falta imaginação para isso, mas porque as promessas de salvação do século 20 revelaram ser desastres totalitários. Por isso mesmo urge um renascimento do pensamento político, cuja prova é a *crítica às condições de sobrevivência dos outros*. Para isso, no entanto, será preciso refletir de forma mais prospectiva e antecipatória do que se fez ao longo das últimas décadas. Considerando os riscos cujas amplas conseqüências somente serão conhecidas no futuro, as sociedades, sem experiência alguma, estão se deslocando indo de encontro a situações de crise tal qual navios cargueiros rumando contra um *iceberg* do qual não podem mais desviar mesmo quando ele já está à vista.

Depois de tudo o que foi descrito nesse livro em termos de conseqüências climáticas, não é difícil imaginar que o mundo dentro de poucas décadas será bem diferente do que é hoje. E é lícito supor que ele será pior no que diz respeito às condições de sobrevivência das pessoas em muitas regiões. A pergunta que se impõe no final de um livro como este, portanto, é: o que podemos fazer para que o autor *não* tenha razão?

Continuar fazendo tudo igual

Uma das várias possibilidades de ação é simplesmente continuar fazendo tudo igual, como sempre. Isso significa um crescimento econômico continuado que demanda o uso continuado de energias fósseis importadas e de outras matérias-primas, levando no curto prazo à restrição sistemática do apoio e da ajuda daquelas sociedades que se defrontarão com dificuldades cada vez maiores. Essa estratégia para o futuro demanda a adição cada vez maior de biocombustíveis à gasolina automotiva a fim de esticar o prazo em que ainda dispomos de petróleo. Essa estratégia implica a destruição de florestas tropicais para dar lugar ao cultivo de

plantas oleaginosas. É o que já acontece em vários países da América do Sul e da Ásia¹, não raro acompanhado do uso da violência para tomar as terras e expulsar a população nativa.

Continuar fazendo tudo igual também pressupõe estratégias econômicas e de política externa para fechar acordos e contratos com países que desrespeitam os direitos humanos e padrões de proteção do meio ambiente. E deve se ter em conta que a disponibilidade de meios humanitários para intervenções em crises no médio prazo será bem mais limitada do que hoje, pois a quantidade de conflitos e o de refugiados só faz crescer enquanto os recursos necessários à sobrevivência se reduzem.

Por isso, a ajuda financeira terá que ser distribuída de forma seletiva, o que significa que vários países e regiões estarão excluídos dessa ajuda. Todos esses processos não ocorrerão no palco visível da vida social do planeta. Fazem parte do contexto encadeado que forma o pano de fundo. Por isso, medidas negativas desse tipo são desprovidos de potencial de escândalo e não exigem ação política.

Essa estratégia, portanto, só pode ser considerada como sendo uma escolha racional até o ponto em que as conseqüências das mudanças climáticas provocadas pelas crescentes emissões comecem a atingir fortemente países até agora pouco afetados – seja por causa dos efeitos no meio ambiente no sentido mais estrito, seja por causa dos efeitos econômicos de guerras e conflitos em outras partes do mundo, por causa do terrorismo ou da crescente pressão migratória. Ou então por causa de conflitos resultantes dentro das sociedades pelo fato de as próximas gerações não terem mais as mesmas chances de vida que seus antepassados puderam usufruir. Mas isso ainda pode demorar algumas décadas. Para adultos de hoje que formam o núcleo das elites funcionais, provavelmente o caminho de continuar fazendo tudo sempre igual é a estratégia de ação mais racional. Ela também parece ser a mais elegante, porque não gera nenhum problema de ordem moral, já que o Estado nacional não é um ator individual, e sim representativo, e nas relações entre os países as categorias comportamentais como egoísmo, falta de consideração e indolência são irrelevantes. Todo governo pode ser um escroque enquanto ator, sem que isso mude qualquer coisa em seu poder de negociação internacional.

Se transpusermos a estratégia de “continuar fazendo tudo sempre igual” ao plano do indivíduo, imediatamente veremos uma pessoa patológica em termos sociais sem o menor

¹ Nas ilhas de Sumatra e Bornéu, na Indonésia, cerca de cinco milhões de hectares de floresta tropical já foram transformados em áreas de cultivo para extração de óleo de palmeiras, geralmente através de queimadas. Isso significou a liberação anual de até um bilhão de toneladas de CO₂, o que representa cerca de 15% das emissões globais de CO₂. Acresce a isso o fato de os biocombustíveis serem ecologicamente contraproducente. São neutros em relação ao clima no que se refere ao CO₂, mas não no que se refere à emissão de óxido nitroso (N₂O). Na produção de óleo de colza, por exemplo, o efeito estufa é cerca de 1,7 mais elevado do que na produção de diesel comum (ver artigo em alemão na *Frankfurter Allgemeine Zeitung* v. 2. 10. 2007, p. N1).

escrúpulo em ganhar 70 vezes mais² do que todas as outras pessoas e que, apesar disso, consome quantidades imensas dos recursos delas, ou seja, uma pessoa que consome 15 vezes a quantidade em energia, água e alimentos e, comparado com as pessoas menos favorecidas, devolve 9 vezes mais elementos nocivos ao meio ambiente. Essa pessoa patológica em termos sociais, além de tudo, nem está interessada em saber como serão as condições de vida de seus filhos e netos e não se importa que, por causa dela e de seus semelhantes, no mundo inteiro existam 852 milhões de famintos e mais de 20 milhões de refugiados.

Pelos nossos critérios atuais diríamos que essa pessoa não se integra socialmente, o que é uma forma branda de classificar um aproveitador que deveria ser imediatamente preso. Mas como os atores coletivos não são julgados por critérios morais, como simplesmente são representantes de governos, instituições, associações e empresas que formam as relações comerciais e podem se afastar a qualquer momento de seus atos,³ a falta de moralidade enquanto categoria inexistente na política internacional. Por isso, categorias como “Estado bandido” que os EUA tentaram introduzir para justificar sua opção de guerras preventivas (*preemptive strikes*) parecem tão despropositadas. Em outras palavras: enquanto não se puder atribuir responsabilidades pessoais nas relações comerciais, a moral não tem a menor relevância. Por isso, os membros das diversas sociedades podem continuar se considerando pessoas que agem moralmente quando o ente coletivo que formam se comporta de maneira amoral.

Isso tudo faz com que as assimetrias em termos de justiça e equilíbrio do mundo globalizado pareçam tão pouco interessantes. Alguém que se sente responsável pela miséria de outra pessoa no fim dessa cadeia de ação seria considerado pouco racional e nada razoável no mundo ocidental. Por isso, são remotas as chances de os países favorecidos optarem por qualquer estratégia diferente daquela de continuar fazendo tudo como sempre.

Quem achar essa solução inaceitável por razões de justiça entre as gerações ou da sobrevivência da espécie humana tem três possibilidades de agir para mudar para melhor. Elas não se excluem mutuamente, mas podem ser combinadas. O primeiro caminho – e o mais popular – é a individualização do problema e de sua solução. Assim, um livro sobre as mudanças climáticas que acaba de ser lançado, *A revolução do clima (Die Klima-Revolution)*⁴ lista 100 dicas para salvar o mundo, como, por exemplo, educar as crianças para prestar atenção no meio ambiente (dica 10), ensinar às crianças a somente ligar a máquina de lavar

² Em 2006 o PIB per capita de mais de vinte países africanos era de menos de 500 dólares, comparado com 35 mil 402 dólares per capita na Alemanha e 44 190 dólares nos EUA (Spiegel-online in: <http://www.spiegel.de/politik/ausland/0,1518,grossbild-991373-510917,00.html>).

³ Erving Goffman: *Rollendistanz*, in: Heinz Steinert (org.), *Symbolische Interaktion*, Stuttgart 1973, p. 260–279.

⁴ Anshober/Ramsauer, *Klimarevolution*, (obs. 82), 166 pp.

louça quando ela estiver cheia (dica 35), recorrer mais freqüentemente ao transporte solidário (dica 56) e separar o lixo (dica 95), o que provavelmente é bom no combate ao aquecimento do clima.

Essas dicas não apenas têm uma relação grotescamente infinitesimal com a dimensão do problema como também reduzem radicalmente o grau e a complexidade dos aspectos de responsabilidade e compromisso com as mudanças climáticas ao jogarem tudo para um nível individual. A suposição desde sempre equivocada, mas muito sugestiva, de que as transformações sociais começam nos mínimos detalhes se torna ideológica ao eximir atores corporativos e políticos de seus compromissos e é irresponsável quando afirma ser possível enfrentar o problema com transformações no plano do comportamento individual. Diante dos 150 a 170 bilhões de metros cúbicos de gás natural⁵ – equivalentes ao consumo total anual da Alemanha e da Itália juntas – queimados anualmente pela indústria petrolífera, as pequenas economias individuais se tornam irrisórias.⁶ Em outras palavras: trata-se de uma falta de responsabilidade política gerar a impressão de que problemas enraizados no princípio econômico do crescimento a partir do uso de recursos possam ser resolvidos por comportamentos individuais. Certamente é lícito dizer que a energia mais limpa é aquela que nunca foi usada, mas se examinarmos o aumento de emissões nos países emergentes vemos que esta afirmação não se refere a nenhum recorte relevante da realidade.

Emissões dos países emergentes

Países emergentes	China	Índia	África do Sul	México	Brasil
Emissões totais 2004 (milhões de toneladas)	5.253	1.609	453	487	905
(aumento desde 1990)	(+ 48 %)	(+ 50 %)	(+ 18 %)	(+ 30 %)	(+ 35 %)
Emissões per capita (em toneladas)	4,2	1,6	10,5	4,9	5,3
(aumento desde 1990)	(+ 34 %)	(+ 25 %)	(– 1%)	(+ 9%)	(+ 18 %)

Fonte: Bundeszentrale für politische Bildung (Órgão do governo alemão para formação política)

⁵ Anselm Waldermann: *Profitdenken schlägt Umweltschutz (O lucro ganha da proteção ambiental)*, Spiegelonline, 6/9/2007, in: <http://www.spiegel.de/wirtschaft/0,1518,504278,00.html>

⁶ Sem considerar as dialéticas da redução de gases nocivos, como mostra o exemplo dos biocombustíveis, cuja emissão de óxido nitroso neutraliza a redução de emissões de CO₂.

Mas em compensação é tanto maior o efeito psicológico da individualização das conseqüências do aquecimento climático. Agindo individualmente parece que cada um traz o problema para o seu controle, parece que cada um pode fazer alguma coisa, nem que seja retardar a próxima máquina de lavar louca.

O segundo plano de ação ocorre no nível governamental, onde os relatórios do IPCC desencadearam várias medidas importantes, de programas de proteção do clima até a proposta australiana de trocar todas as lâmpadas do país por lâmpadas econômicas. Medidas de isolamento térmico das casas certamente contribuem para economizar energia, e o objetivo do governo alemão de reduzir as emissões de CO₂ em 40% até o ano de 2020 é ambicioso, mas está de acordo com o tamanho do problema. Mesmo se as disparidades internacionais sobre a questão do clima e o fato de as emissões e suas conseqüências não respeitarem as fronteiras nacionais limitam as soluções dos diversos países, elas certamente ajudam. As estratégias inovadoras de atores coletivos transformam pelo menos de forma gradativa as relações na configuração total formada pelos diversos países e, nisso, a função de vanguarda inspira. O efeito psicológico é grande, assim como no caso das mudanças de comportamento no plano individual. Assim se combate a sensação de perda de controle e de inépcia. Mas é importante enxergar também a limitação sistemática dessas estratégias. Essas soluções simplesmente não podem levar a uma mudança radical porque a sua influência quantitativa é muito reduzida.

Resta o plano intergovernamental, o mais complexo e onde a perda de controle se torna mais nítida. Não existe nenhuma organização supranacional que pudesse impor que determinadas nações emitam menos gases de efeito estufa do que querem. O mesmo vale para a poluição dos rios, a construção de barragens, o desmatamento de florestas. Tampouco existe um monopólio de poder intergovernamental capaz de sancionar a soberania estatal em casos de migrações e expulsões dentro de um país, desapropriações e confiscos ou transgressões dos direitos humanos por políticas ambientais irresponsáveis. Existe uma divisão de poderes dentro de um país, mas não entre países. O Direito Penal Internacional oferece as primeiras premissas para regulamentos supranacionais com ajuda dos quais os atores responsáveis por massacres, genocídios etc. podem ser levados a tribunais internacionais.⁷ O desenvolvimento de mais instituições supranacionais e, principalmente – como mostra o exemplo da ONU – os meios de sanção é uma possibilidade tão remota que nem sequer tangencia o problema do

⁷ Foi o reconhecimento do indivíduo como sujeito do Direito dos Povos que possibilitou o Direito Penal Internacional e permitiu acusar políticos ou militares como responsáveis. Contrariamente, só o ataque dos Estados contra indivíduos permite a ingerência na soberania nacional. (Gerhard Werle: *Völkerstrafrecht (Direito Penal Internacional)*, Tübingen 2003, 2pp.).

aquecimento do clima. No entanto, é lícito esperar que esse problema enseje a criação de outras instituições do gênero. O atual Direito Penal Internacional também tem suas origens em uma catástrofe social: os crimes nazistas, classificados como crimes contra a humanidade no processo de Nurembergue. Atualmente, os acordos internacionais na área do meio ambiente se limitam a compromissos voluntários, cuja transgressão não é passível de sanções. Por isso o diagnóstico é o seguinte: tudo o que na esfera internacional serve à proteção do clima é bom, mas é uma ilusão achar que, com isso, até 2020 se possa atingir o nível de redução de emissões necessário para frear o aquecimento.

Esses são os planos de ação social disponíveis hoje em dia. Por isso, é preciso partir do pressuposto de que o problema da mudança climática atualmente não pode ser solucionado, o que significa que o aquecimento ainda deve subir mais do que os dois graus em relação ao nível atual considerados aceitáveis.

(...)

A boa sociedade

Ante de mais nada: o problema das mudanças climáticas surgiu por causa do uso irrefletido da técnica. Por isso, toda e qualquer tentativa de resolvê-lo através de tecnologias “melhores” é parte do problema e não da solução. Em razão da dimensão qualitativa e quantitativa desse problema, ninguém sabe de fato o que pode ser uma estratégia de ação libertadora. Precisamente por isso é necessário abandonar os padrões habituais de raciocínio. O que caracteriza a sobrevivência humana e permite a ação é não ter que reagir imediatamente a estímulos. Por isso, elaborar saídas para crises geralmente demanda a abertura de novos espaços mentais. Pensar rápido demais pode ser mortal para o ser humano. A percepção de um problema enorme deveria ensejar uma pausa para pensar e abrir um espaço mental com o intuito de encontrar novos rumos, para saber o que está acontecendo e o que se pode fazer. Somente uma análise isenta de ilusões permitirá se afastar da lógica mortal a que determinadas situações nos obrigam, o que mostram as alternativas equivocadas, como optar entre usinas térmicas melhoradas ou energia nuclear por causa da questão climática.

Ambos são caminhos equivocados porque as duas tecnologias são baseadas em recursos limitados e porque ambas se mostraram ser imprevisíveis quanto às suas possíveis conseqüências. O debate em torno das questões climáticas é recheado dessas alternativas aparentes. Outro exemplo é a questão sobre se as sociedades mais atrasadas deveriam ter os

mesmos direitos de poluir o planeta como os países que se industrializaram mais cedo. Isso, na verdade, somente aconteceu porque ninguém estava preocupado com o assunto naquela época. Na situação atual, em que *conhecemos as conseqüências* de uma tal despreocupação, essa questão não passa de expressão de estultice artificial. Certamente existem oportunidades melhores para refletir sobre justiça global do que em relação de uma nova limitação das futuras oportunidades da humanidade. Se, nesse contexto, ainda há alguma coisa para discutir, então é a pergunta por uma distribuição mais justa da carga gerada por uma redução no consumo de energia. É preciso que comissões de ética elaborem propostas de como as nações ricas detentoras de tecnologias para reduzir ou evitar emissões podem colocá-las gratuitamente à disposição dos estados mais atrasados. Na verdade, antes ainda deveria se discutir se é desejável ou não que se almeje globalmente o padrão de modernização ocidental.⁸

Na categoria das falsas alternativas se inclui sem dúvida alguma ainda a discussão sobre se o crescente contingente de refugiados ambientais e climáticos deve ficar “armazenado” em países do Terceiro Mundo ou se se deve deixá-lo afogar no mar. Nesses casos, as situações desenvolvem a sua lógica totalitária e é preciso dizer claramente que estas pessoas serão mandadas de volta ou morrerão porque os países ricos chegaram à conclusão de que não os querem acolher. Não é uma afirmação de ordem moral, e sim de ordem empírica. Se, ao tomar decisões baseadas em razões de segurança de Estado, as dissonâncias morais no trato com as pessoas não pesam, fica fácil simplesmente não deixá-las entrar.

Uma saída dessa lógica seria não usar a capacidade intelectual para desenvolver estratégias de exclusão que pareçam humanas (e usar, para isso, recursos financeiros consideráveis) e sim refletir sobre possibilidades de participação que – no mínimo por razões demográficas - precisam ser cogitadas de qualquer maneira nos países industrializados. Por que motivos sociedades que também no futuro terão de enfrentar outros desafios precisam se ater ao ideal do estado nacional homogêneo que, face a outras demandas de modernização, já se tornou obsoleto de qualquer maneira?

E já que estamos buscando caminhos além das falsas alternativas e das situações que aparentemente obrigam a tomar determinadas decisões, poderíamos definir o problema das mudanças climáticas como sendo *cultural*, o que joga um outro foco nas coisas. Isso faz sentido, porque as mudanças climáticas atingem as culturas das pessoas e só são perceptíveis no âmbito de técnicas culturais como agricultura, pecuária, pesca, ciência, etc. Os problemas

⁸ Estranhamente, a crítica à cultura do consumo fácil e da mídia e a percepção de todos os danos colaterais da modernidade, da obesidade infantil à erosão do tecido social, não tem mudado nada na convicção de que o Ocidente é o melhor dos mundos.

ecológicos não são por princípio problemas de uma natureza indiferente, mas unicamente das culturas humanas que por sua causa têm sua subsistência ameaçada.

Portanto, a pergunta pelos modos e pelas possibilidades da sobrevivência futura é uma questão cultural e, assim, deve ser relacionada com a formatação da sociedade que se deseja e do modo de vida. A pergunta-chave é: pode uma cultura ser bem-sucedida no longo prazo se ela se baseia no aniquilamento sistemática dos recursos? Pode ela sobreviver ela implica a exclusão sistemática das gerações seguintes? Pode uma tal cultura ser modelar para aqueles que ela quer ganhar para a sua própria manutenção? É irracional se uma cultura dessas é considerada como excludente e saqueadora e, por isso, é rejeitada?

A transposição do problema climático para o debate cultural e a saída da lógica implacável e muitas vezes mortal a que as situações obrigam significa uma oportunidade qualitativa para o desenvolvimento, especialmente num momento de crise como o atual. A fixação em determinados conteúdos exclui padrões de raciocínio e de ação a que se chega facilmente ao analisar a situação à distância.

Vou dar quatro exemplos para isso: a Noruega não investe sua receita adicional obtida com os achados de petróleo em projetos de infraestrutura ou no aumento do bem-estar de seus cidadãos, mas persegue uma estratégia sustentável de investimento que possibilite também às gerações seguintes manter o alto padrão de vida e se beneficiar dos serviços sociais do Estado. Os investimentos são selecionados de acordo com critérios éticos. Empresas que produzam armas atômicas, por exemplo, são descartadas.⁹ Ao mesmo tempo, o governo investe em um fornecimento energético que protege o clima. A ilha norueguesa de Utsira no Mar do Norte já é autônoma na produção de energia proveniente de fontes eólicas e a partir do hidrogênio. É um exemplo de investimento sustentável dos recursos financeiros do país.

A Suíça já optou há mais de vinte anos por uma política de transportes que favorece os meios de transporte coletivos e garante que cada aldeia seja servida por transportes públicos. Neste contexto, reintroduziu o bonde na cidade de Zurique num momento em que este era aposentado na maioria das cidades na Alemanha, reinaugurando vias férreas quando em outros lugares eram paradas. A Suíça, hoje, tem a malha de transportes mais densa do mundo, embora a situação topográfica daquele país montanhoso seja obviamente difícil. Mesmo as aldeias mais distantes e vales de difícil acesso são servidos pelos “carros do Correio”. Cada

⁹ Real embaixada norueguesa: *Exclusão de empresas do Fundo de Pensão Estatal*, in: <http://www.norwegen.no/policy/politicalnews/Selskaper+utelukket+fra+oljefondet.htm>

suíço viaja em média 47 vezes por ano de trem, enquanto a média na União Européia é de 14,7.¹⁰

A Estônia garante o acesso gratuito de todos à Internet como sendo um direito básico. Essa oferta total de chances de comunicação reduz a burocracia e cria potenciais para formas mais diretas de democracia, sendo ainda uma mola propulsora da modernização principalmente para membros mais jovens da comunidade.

A decisão do governo alemão de não participar da aliança militar contra o Iraque em 2003, que gerou forte pressão internacional, provou ser correta e previdente, evitando um erro irreversível com conseqüências imprevisíveis para a coletividade da República Federal da Alemanha, considerando o papel histórico negativo que a Alemanha teve nas duas maiores guerras do século 20. Este é um exemplo prático de como se pode aprender com a História.

Todas essas decisões políticas bastante objetivas têm um denominador comum: uma componente de identidade política. Os quatro casos se baseiam na identificação de um ente comum político que não apenas toma uma decisão sobre a um problema específico como também sobre o que quer ser: uma sociedade justa com as gerações, no caso da Noruega; uma sociedade que oferece a todos os cidadãos a mesma mobilidade, no caso da Suíça; uma república com possibilidades igualitárias de acesso à informação, no caso da Estônia e uma sociedade que demonstrou ter aprendido com os erros históricos e que se esquivou de políticas intervencionistas fatais, no caso alemão. Além do mais esse nível de decisão também sinaliza claramente que tipo de cidadão você quer ser enquanto *norueguês, suíço, estoniano ou alemão*, e em que circunstâncias quer viver. Isso me parece altamente significativo para a questão da abordagem cultural do problema das mudanças climáticas. Pois a pergunta sobre o que e como fazer nem sequer pode ser abordada antes de se saber como se quer viver.

Pois essa pergunta simplesmente não pode ser respondida, até o “continuar fazendo tudo sempre igual” já é uma resposta. Ela sinaliza que se quer continuar perseguindo o mesmo rumo que conduziu até o problema que se quer resolver. Essa resposta significa uma profissão de fé das assimetrias, das desigualdades e das injustiças já existentes e que são aprofundadas entre as nações e as gerações pelas mudanças climáticas. E cada resposta automaticamente exclui uma outra, possível.

Como queremos viver futuramente em uma sociedade da qual fazemos parte? Essa é efetivamente uma questão de fundo cultural, pois obriga a refletir quem conta nessa sociedade e de que forma a participação dos seus membros será estruturada, como os bens materiais e imateriais como renda e educação devem ser distribuídos, etc. Chegar a um acordo sobre se é

¹⁰ Ver serviço de informações para os transportes públicos (LITRA), informe de 6.7.2004, in: http://www.litra.ch/Jul_2004.html

desejável subvencionar o uso de combustíveis fósseis ou se é melhor ampliar o sistema educacional, se é melhor estimular a manutenção de empregos em indústrias retrógradas ou se se deve estimular futuras potencialidades em forma de escolas melhores – tudo isso são questões culturais que respondem apenas parcialmente à pergunta sobre qual o tipo de comunidade que se quer ter e se os cidadãos e as cidadãs se inserem nela. O leme para orientar as respostas para essas perguntas culturais pode ser se essas decisões são ou não restritivas dos futuros potenciais de desenvolvimento.

A premissa para um modelo de sociedade participativa e aberta, uma sociedade em potencial, é a riqueza material de que dispõem os países ocidentais e o compromisso que uma tal riqueza implica numa perspectiva internacional. De outro lado, é preciso pensar politicamente, e não apenas no curto prazo. Não basta simplesmente permanecer sem eira nem beira no universo insensato de um capitalismo globalizado. Urge encontrar novas visões, conceitos ou idéias que ainda não foram pensados precisamente em meio à situação de crise. Essa solução pode soar ingênua, mas não é. Ingênuo é imaginar que o trem, que já está em movimento, da destruição continuada das condições de sobrevivência de muita gente possa mudar a sua velocidade e o seu rumo simplesmente se, dentro dele, correremos na outra direção. Albert Einstein disse que não se pode resolver os problemas com os mesmos padrões de raciocínio que levaram a eles. É preciso mudar a direção totalmente. Para isso, é preciso, antes de mais nada, parar o trem.